

Gênero em tradução: além do monolinguismo¹

Judith Butler²

Tradução: Fernanda Miguens³ e Carla Rodrigues⁴

Resumo: As reflexões anglófonas e teóricas sobre gênero muitas vezes assumem o caráter generalizante das suas próprias afirmações sem antes colocar a pergunta sobre se “gender” existe como termo, ou se existe da mesma maneira em outras línguas. Parte da resistência à entrada do termo “gender” em contextos não anglófonos surge de uma resistência anterior ao inglês ou, de fato, apoiada na sintaxe de uma língua na qual as questões de gênero são resolvidas através de inflexões verbais ou de uma referência implícita. É claro que uma forma mais abrangente de resistência tem relação com os medos de que a categoria possa produzir, por si mesma, formas de liberdade sexual e desafios para as hierarquias existentes na língua para a qual está sendo traduzida. O ataque político e organizado ao gênero e aos estudos de gênero que está acontecendo no mundo todo tem muitas fontes, mas não é esse o foco desse ensaio. Este ensaio sustenta que não pode existir teoria de gênero sem tradução e que o monolinguismo anglófono muitas vezes assume que o inglês constitui uma base suficiente para as afirmações teóricas sobre gênero. Além disso, na medida em que o uso contemporâneo do termo “gender” vem de uma criação introduzida por sexólogos e, posteriormente, reapropriada pelas feministas, desde o início o termo esteve vinculado à inovação gramatical e aos desafios sintáticos. Sem um entendimento da tradução – com sua prática e seus limites – os estudos de gênero não podem existir num enquadramento global. Finalmente, o processo de se tornar de um gênero, ou de mudar de gênero, requer tradução para comunicar outros termos de reconhecimento das novas modalidades de gênero. Sendo assim, a tradução é parte constitutiva de qualquer teoria de gênero que busque ser multilíngue e aceite o caráter historicamente dinâmico das línguas. Esse enquadramento pode facilitar o caminho para o reconhecimento de diferentes gêneros, assim como de diferentes considerações sobre a identidade de gênero (essencialista, construtivista, processual, interativa, interseccional), que requerem tanto a tradução quanto uma definição de seus limites. Sem a tradução e a invenção histórica do termo “gender” não há como compreender a categoria dinâmica e mutável do gênero ou as resistências que ela hoje enfrenta.

Palavras-chave: Gender – Sexo – Tradução – Monolinguismo – Vida vivível

¹ Este ensaio foi apresentado com alterações na palestra inaugural do Congresso Mundial de Filosofia sobre Simone de Beauvoir, em Pequim, em agosto de 2018. As respostas do público nos Institutos de Gênero da Universidade de Cambridge e da London School of Economics (LSE) em 2016 contribuíram bastante para a elaboração de seu conteúdo. [N.T.] Existe mais de uma versão para o texto. Para o original da nossa tradução, ver BUTLER, Judith, Gender in “Translation: Beyond Monolingualism”. *philoSOPHIA*, Volume 9, Number 1, pp. 1-25. Esta tradução faz parte do projeto “Judith Butler: do gênero à violência de estado”, que conta com apoio da Faperj. Agradecemos a Sonia Corrêa a indicação do texto para tradução, bem como sua leitura generosa.

² Judith Butler é Maxine Elliot Professor no Departamento de Literatura Comparativa e no Programa de Teoria Crítica na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Ela é autora de vários livros, incluindo: *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), *Undoing Gender* (2004), *Who Sings the Nation-State?: Language, Politics, Belonging* (com Gayatri Spivak, 2008), *Parting Ways: Jewishness and the Critique of Zionism* (2012), *Dispossession: The Performative in the Political* escrito com Athena Athanasiou (2013), e *Senses of the Subject* e *Notes Toward a Performative Theory of Assembly* (2015). Em 2016, ela publicou um volume coeditado, *Vulnerability in Resistance*, com a Duke University Press. Os seus livros foram traduzidos em mais de vinte idiomas. Atualmente ela é co-diretora do Consórcio Internacional dos Programas de Teoria Crítica. Ela pode ser encontrada por meio do endereço eletrônico philoSOPHIAjcf@gmail.com.

³ Tradutora, mestra e doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: nandamiguens@gmail.com.

⁴ Professora de Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora da Faperj. Email: carla@ifcs.ufrrj.br.

Gender in translation: beyond monolingualism

Abstract: Anglophone theoretical reflections on gender often assume the generalizability of their claims without first asking whether “gender” as a term exists, or exists in the same way, in other languages. Some of the resistance to the entry of “gender” as a term into non-Anglophone contexts emerges from a resistance to English or, indeed, from within the syntax of a language in which questions of gender are settled through verb inflections or implied reference. A larger form of resistance, of course, has to do with fears that the category will itself release forms of sexual freedom and challenges to existing hierarchies within the second language. The well-organized political attack on gender and gender studies now occurring throughout the world has many sources, and that is not the focus of this essay. This essay maintains that there can be no theory of gender without translation and that Anglophone monolingualism too often assumes that English forms a sufficient basis for theoretical claims about gender. Further, because the contemporary usage of gender emerges from a coinage introduced by sexologists and reappropriated by feminists, it proves to be a term that is bound up with grammatical innovation and syntactical challenges from the start. Without an understanding of translation—its practice and its limits—there can be no gender studies within a global framework. Finally, the process of becoming gendered, or changing genders, requires translation in order to communicate the new terms for recognizing new modalities of gender. Thus, translation is a constitutive part of any theory of gender that seeks to be multilingual and that accepts the historically dynamic character of languages. This framework can help facilitate a way of recognizing different genders, and different accounts of gender identity (essentialist, constructivist, processual, interactive, intersectional) as requiring both translation and its limits. Without translation and historical coinage, there is no way to understand the dynamic and changing category of gender and the resistances it now encounters.

Keywords: Gender – Sex – Translation – Monolingualism – Livability

Diante dos novos ataques reacionários à “ideologia de gênero” na Europa e na América Latina, assim como da oposição de Trump a “gender”⁵ como categoria, é importante rastrear os caminhos pelos quais o termo “gender” adentra ou falha em adentrar em línguas diferentes do inglês⁶. Realmente, as/os teóricas/os do gênero e filósofas/os não refletem o suficiente sobre o fato de que “gender” é um termo estrangeiro em todas as línguas diferentes do inglês, o que significa que, no cerne do projeto da teoria de gênero há um problema de tradução. De fato, em algumas partes do mundo, existe uma resistência à ideia de gênero precisamente porque ela é estrangeira. Talvez porque essa ideia pareça uma importação americana, talvez porque ela desafie os termos que existem em outras línguas para designar a diferença entre homens e mulheres. Ou talvez – como sustentam os oponentes da “ideologia de gênero” – porque o gênero contradiz o ensinamento bíblico ou a moralidade tradicional ao abrir a possibilidade para novos arranjos de gênero, transgêneros, famílias *queer* e liberdade sexual.

Mesmo na história da filosofia feminista, “gender” é um fenômeno recente, confundindo o debate euro-atlântico por décadas. Atualmente, ganhou o estatuto de perturbação global. Por exemplo, “gender” não é um termo que tenha sido usado por Simone de Beauvoir. Para ela, esse teria sido um termo estrangeiro em relação ao francês. E, no entanto, sem dúvida, os seus escritos apontaram o caminho do desenvolvimento de uma tensão na filosofia de gênero. Em *O segundo sexo*, Beauvoir argumentou que não se nasce mulher, mas que se torna mulher. Essa formulação se tornou a base para a distinção teórica feminista entre o sexo, entendido como uma realidade biológica, e “gender”, entendido como o significado cultural ou social que a realidade biológica assume em um tempo-lugar específico. Nos anos 1970 e 1980, a distinção era importante por muitas razões, sendo a principal delas a afirmação de que não existe nada no sexo de uma mulher capaz de determinar o tipo de trabalho que ela deveria ter, o tipo de vida que deveria viver, ou quem ou como deveria amar. A distinção entre sexo e gênero se tornou funcional para muitas feministas que insistiam que, apesar das restrições sociais impostas às mulheres, elas permaneceriam relativamente livres para determinar o curso das próprias ações e construir as suas vidas por meio do exercício da liberdade. A formulação de Beauvoir foi lida pela teoria feminista anglófona dos anos 1970 e 1980 como uma sugestão de que, embora o sexo seja uma categoria natural, o gênero nomeia as interpretações culturais e sociais dessa categoria natural. A distinção se revelou ingênua na medida em que a categoria “sexo” também tem uma história. Da mesma maneira, os enquadramentos científicos diferem sobre como nomear e relatar diferenças materiais relevantes entre os corpos⁷.

⁵ [N.T.] Optamos por manter o termo “gender” em inglês, idioma em que a palavra não existia antes da formulação do conceito.

⁶ Ver GALLO, “‘Gender Ideology’ Is a Fiction That Could Do Real Harm,” Open Society Foundation, august 29, 2017, [<https://www.opensocietyfoundations.org/voices/gender-ideology-fiction-could-do-real-harm>]. Ver meu trabalho, “The Backlash against ‘Gender Ideology’ Must Stop,” in *The New Statesman*, January 19, 2019. [N.T.] Ver a tradução para o português. Precisamos parar o ataque a ideologia de gênero. *Sexuality policy watch*. 23 de janeiro de 2019. [<https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>]. Agradecemos a Sonia Correa pela indicação, revisão e sugestão de tradução.

⁷ Ver FAUSTO-STERLING, A. *Sex/Gender: Biology in a Social World*, Routledge, 2012. Ali ela argumenta que sexo e gênero são em parte construções sociais. Devido ao fato de ambos acontecerem no corpo, eles também são biológicos. Ela reivindica uma perspectiva teórica dos sistemas dinâmicos para destacar a ligação entre o social – que sempre colide com o corpo em desenvolvimento – e o próprio corpo. Por outro lado, ela mostra como a experiência cultural tem efeitos fisiológicos e, portanto, está envolvida em uma ação recíproca. Sua

O problema, na verdade, nunca foi a biologia enquanto tal, mas apenas um modo de descrever a diferença sexual biológica governada pela teleologia natural. A separação clara entre as duas dimensões foi importante para afirmar que nenhuma teleologia governa o desenvolvimento social de uma mulher a partir da condição biológica de ser fêmea. Um homem social poderia emergir de uma fêmea biológica; uma mulher social poderia emergir de um macho biológico. Para algumas/uns, a afirmação de Beauvoir de que alguém “torna-se uma mulher” estabelece que o gênero é uma escolha, mas outros interpretaram esse “tornar-se” como uma forma de reconhecimento no registro daquilo que Beauvoir definia como “situação”. Essa “situação” incluía o sexo, mas não entendido como um fato natural ou como uma teleologia natural. A interdisciplinaridade de *O segundo sexo* mostrou que a categoria “mulher” foi estabelecida por meio de influências políticas, sociais, psicológicas e econômicas. Beauvoir nunca negou fatos naturais, mas insistiu que tais fatos são organizados pela situação na qual ocorrem e que o seu significado não poderia ser entendido fora dessa situação complexa. Algumas/os acadêmicas/os que estudam Simone de Beauvoir, como Alice Schwarzer (Schwarzer, 2000) ou Toril Moi (Moi, 2008), insistem que a categoria “mulheres” foi certamente mais importante para Beauvoir do que qualquer ideia de gênero. Foi a categoria “mulheres” que ela procurou empoderar ao insistir que nenhuma determinação casual ou teleologia natural governa o tipo de trabalho que uma mulher pode ou não fazer, assim como o tipo de pensamento que ela pode ou não perseguir, sua relação com a reprodução, parentesco, casamento e sexualidade. O questionamento lésbico radical de Monique Wittig (1992), disputando a categoria de mulher propriamente dita, de algum modo se deu a partir de Beauvoir, mas também destacou a tensão entre suas/seus intérpretes. O tremendo questionamento teórico e político desenvolvido pela teoria trans tampouco foi antecipado por Beauvoir, mesmo que a noção de “tornar-se” inunde os estudos trans, especialmente no trabalho de Kate Bornstein e no discurso público de Laverne Cox, mas também entre aquelas/es que trabalham com a tradição crítica de Gilles Deleuze. Em nenhum outro lugar, a vida contemporânea da categoria de gênero é tão importante quanto nos estudos trans (Aizura & Stryker 2013; Stryker & Whittle 2006).

Entre as filósofas feministas em dívida com Beauvoir, podemos discernir pelo menos três posições. Uma é a de que o sexo biológico não tem implicações causais diretas para o gênero que alguém se torna e que o gênero é uma forma de tornar-se (essa visão é contestada em parte por aqueles que reivindicam que o sexo também pode ser modificado e que essas formas de transição também são entendidas como um tipo de tornar-se). A segunda é a de que o sexo é por si mesmo um fato natural, mas que também deveríamos nos perguntar sobre as ciências que estabelecem e descrevem esses fatos, uma vez que essas ciências são muitas vezes tendenciosas e os pressupostos sobre a inferioridade social das mulheres ou a desigualdade são construídos no interior das próprias hipóteses científicas. A terceira é a de que o sexo é uma “situação”, o que significa que um grande número de processos sociais e históricos, ou formas de poder, sustentam a designação de sexo e que as mulheres, ainda que não sejam biologicamente determinadas, também não são produzidas por meio de atos de liberdade radical; ao contrário, elas lutam dentro dos termos que estabelecem a sua situação, buscando transformá-la em seus próprios termos e conseguir maior liberdade e igualdade ao

visão mostra como o biológico pode ser levado a sério, ao mesmo tempo em que modelos teleológicos são rejeitados e substituídos por outros mais dinâmicos.

longo dessa luta. De acordo com a persuasiva argumentação de Margaret Simons (1995), Beauvoir partiu da noção sartriana de “projeto” ao mesmo tempo em que desenvolveu sua própria concepção de situação, da situação das mulheres, a situação de serem subjugadas pelo mesmo mundo cuja transformação deveriam empreender. Uma quarta possibilidade que Beauvoir não considerou, é claro, foi a da identidade trans, uma identidade que implica romper com a atribuição de gênero para reivindicar novos termos entendidos como correspondentes possíveis para a realidade vivida do gênero. Apesar de insistir no direito de assumir novos termos de gênero como um ato de liberdade política, a realidade vivida de gênero, por essa mesma razão, não é livremente escolhida. Para que o sentido complexo de uma “situação” seja ilustrado, é preciso que esse paradoxo ou tensão entre essas duas dimensões seja entendido.

Talvez essa discussão já seja estranha uma vez que, conforme eu mesma admiti, “gender” era uma noção alheia a Beauvoir e, na verdade, “gender” não foi uma palavra que ela usou. Entretanto, ela introduziu uma distinção, uma abertura, que não poderia ser facilmente fechada. Se nós tomamos o sexo como óbvio, então também tomamos uma versão específica do sexo como óbvia dentro da língua que falamos, ou dentro de um conjunto de pressupostos sociais e científicos. É verdade que os critérios científicos para determinar o sexo muitas vezes estão em conflito uns com os outros. Portanto, não podemos confiar que o sexo seja um simples fato estabelecido por meio de uma metodologia do empirismo positivista ou com base na intuição direta. De fato, Anne Fausto-Sterling (2012) argumentou que o sexo, entendido como biológico, está sempre em uma relação dinâmica e de constituição mútua com as formas sociais e culturais de seu aparecimento. Karen Barad (2003) estende um pouco mais o argumento reivindicando que o caráter dinâmico e generativo da “matéria” do sexo é regularmente ignorado, de maneira grosseira, tanto por variações do positivismo (sexo é um fato) quanto pelo construtivismo linguístico (o “sexo é fabricado pela linguagem”).

E, no entanto, embora o sexo seja estabelecido de maneira diferente em diferentes línguas, de modo geral ele é estabelecido, o que sugere um problema relativo à forma de designação linguística. Ainda assim, nenhuma língua tem o poder, ou a autoridade, para nomear o sexo de maneira definitiva. O sexo binário é sempre adotado por uma língua, mesmo quando – ou especialmente quando – trata-se da língua da autoridade científica. O meu argumento não passa pela defesa do relativismo linguístico. Antes disso, quero entender o que acontece quando consideramos “gender” como a articulação linguística do sexo em um contexto multilíngue — o que pode ser uma maneira de especificar o que Anne Fausto-Sterling chama de “um mundo social”. Algumas pessoas podem querer dizer que o sexo é um fato — embora a persistência da intersexualidade e da variação cromossômica certamente desafiem nossas ideias sobre o dimorfismo corporal. Há também quem queira ignorar aquelas/es que não aceitam o fato do sexo. Mas esse fato depende das condições do seu aparecimento — uma afirmação kantiana que pode ser útil nos dias de hoje. E, se a língua é uma maneira de formular o sexo, de interpretar o que é o sexo, então, como podemos chegar a um acordo com o fato de que a interpretação cultural e linguística do sexo — o que eu chamaria de gênero — acontece de maneiras diferentes através das línguas, além do que, algumas vezes, existe uma forma de resistência linguística a qual sugere que há limites para qualquer afirmação universal sobre gênero?

Deixem-me retomar dois pontos que se mostrarão centrais para o meu argumento. O primeiro é que o sexo não pode ser completamente separado da formulação linguística que o estabelece como um fato. A formulação linguística do sexo como um fato é, na minha visão, parte do que se entende por “gender”. Em segundo lugar, “gender” é uma palavra estrangeira. “Gender” sempre produz um problema para as/os tradutoras/es. Realmente, “gender” só chega a qualquer língua como resultado de uma tradução difícil. O resultado disso é que ele nunca tem o mesmo significado em idiomas diferentes. A tradução é a condição de possibilidade da teoria de gênero em um contexto global.

Resistência ao “gender”, resistência à tradução

Descobri que algumas vezes a resistência ao “gender” é sintática, como se quando começamos a usar o termo provocássemos ou mesmo desafiássemos as estruturas sintáticas básicas que comandam o que dá sentido a certa língua. Isso produz um tipo diferente de perturbação linguística num nível muito elementar. Em um primeiro momento, o problema parece ser de uso: Como alguém usa o termo? Uma pessoa pertence a um gênero? O gênero é um predicado da pessoa? Como alguém usa gênero em uma sentença? Em outros momentos, o problema parece ser a introdução de um conjunto de práticas culturais nas quais o uso do termo é tanto pressuposto quanto posto em jogo. O debate sobre se “gender” pode ser traduzido tem foco no que se perdeu e no que se ganhou – o que se perdeu do inglês, mas também os termos tradicionais que são retirados de uma língua que absorveu a tradução de “gender”. Mas, talvez, seja preciso também perguntar-se que tipo de perturbação a entrada dessa palavra estrangeira produz em uma língua.

Quando o termo “gender” entra em uma língua, o inglês propriamente dito também entra, ou melhor, entra mais uma vez, pois certamente “gender” não introduz o inglês pela primeira vez. Parece justo assumir que o inglês tenha estado presente há muito tempo. Isso claramente ocorre quando o termo “gender” é preservado na segunda língua na mesma forma em que aparece na língua inglesa; isso é diferente quando uma nova palavra, próxima ao termo “gender”, é concebida no segundo idioma. É claro que, por mais importante que seja considerar as respostas específicas para as várias entradas e incursões do uso do inglês para o termo “gender” em outras línguas, ou para a teoria do gênero e sua análise, essa seria apenas uma tarefa parcial (embora esteja relacionada e certamente seja um projeto que valeria a pena perseguir, pois levanta a questão da influência cultural, ou até mesmo do imperialismo cultural).

Em vez disso, o que pretendo perguntar é por que os debates sobre “gender” – enquanto termo – muitas vezes não levam em consideração uma presunção do monolingüismo que opera em seu interior. Quando, por exemplo, nos EUA, no Reino Unido ou na Austrália, nos aproximamos de “gender” como uma categoria ou um conceito, tendemos a deixar de lado o fato de que estamos fazendo referência ao seu uso em inglês. Nas línguas romanas, assumimos que ele – *le genre, el género, o gênero* – será ou deveria ser relativamente o mesmo⁸, e que as discussões que temos em inglês podem por princípio ser generalizadas para um número infinito de contextos. Realmente, quando discutimos sobre

⁸ [N.T.] Nas línguas romanas, o gênero designa um conjunto de indivíduos agrupados em uma mesma categoria por conta de um atributo em comum.

“gender” – e aqui me refiro ao termo – elaborando o seu significado ou sua conceitualização, já estamos operando dentro de um campo monolíngue, a menos, é claro, que estejamos argumentando em outra língua e “gender” seja um termo estrangeiro. Mas, mesmo nesse caso, quando “gender” entra como um “termo estrangeiro”, ele permanece estranhamente estrangeiro em outras línguas que não são o inglês; ele se refugia em outra língua como uma incursão estrangeira. Enquanto tal, ele levanta todas as questões usuais: O que o estrangeiro está fazendo aqui? É bem vindo? Foi convidado? “Gender” é um signo ou um instrumento de dominação imperial?⁹

Em inglês, fazemos diversas generalizações sobre “gender” como se estivéssemos nos referindo a um conceito e não a um uso linguístico específico – generalizações desse tipo poderiam incluir que o gênero é performativo ou relacional, interseccional ou processual. Em geral, em inglês, temos a presunção de que o que estamos discutindo é facilmente, se não totalmente, traduzível em virtude da generalização que lhe é inerente. Ainda que as/os teóricas/os do gênero em contextos anglófonos possam nem sempre reconhecer, elas/es têm, invariavelmente, uma posição em relação à tradução quando estão debatendo “gender”. Existem vários sentidos nos quais isso se mostra verdadeiro. Primeiro, dentro dos contextos feministas, *queer* e trans, assim como as ciências sociais de maneira mais ampla, o termo “gender” chega a nós de outras fontes, tanto gramaticais quanto sexológicas. Portanto, estamos trabalhando com um molde recebido, o qual continuamos moldando. Segundo, ao praticar a teoria como fazemos, as premissas sobre a generalização das nossas afirmações se apoiam em uma convicção tácita de que não vai existir perturbação ou bloqueio quando o “gender” for traduzido para outras línguas: contudo, o alvoroço político sobre a entrada do termo em contextos de línguas não inglesas só se intensificou nos anos mais recentes – e vou dar algumas indicações disso. Terceiro, a atribuição de gênero é uma prática discursiva e institucional que se inscreve no corpo no momento em que é feita, mas que continua trabalhando sobre ele ao longo do tempo. A atribuição de gênero opera de acordo com a tradução, uma vez que o infante ao qual é atribuído um gênero, trazido à vida como um menino ou uma menina, deve realizar o trabalho de tradução dos signos do mundo adulto para o universo de significados próprios da criança. (Jean Laplanche acaba sendo importante para o argumento de que os nomes pelos quais a criança é chamada exigem um trabalho de tradução da sua parte) (Butler, 2014).

Então, consideremos em primeiro lugar que, quando algumas/uns de nós debatemos em inglês sobre o que o gênero é ou deveria ser, é raro nos perguntarmos se os termos que usamos são traduzíveis, muito embora a possibilidade de generalização contida no que afirmamos presuma que sejam. É claro que algumas/uns de nós, que trabalhamos em inglês, podemos não nos importar se as palavras chave são traduzíveis: ou seja, no fim das contas, esse é um problema para tradutoras/es. E, embora tenhamos satisfação em ajudá-las/os em sua luta, nem sempre consideramos que a generalização das nossas afirmações realmente dependa de estabelecermos uma equivalência conceitual entre termos usados em diferentes línguas. Além disso, a própria possibilidade de estabelecer essa equivalência depende de que

⁹ Ver ADORNO, Theodor. “On the Use of Foreign Words in Writing,” *Notes on Literature* (pp. 290–91). Na obra em questão, ele observa a importância da quebra da ideia orgânica e pura da língua: “O poder de uma língua desconhecida e genuína que não está aberta a qualquer cálculo, uma língua que surge apenas em pedaços e fora da desintegração daquela existente; esse poder negativo, perigoso e – ainda assim – prometido, é a verdadeira justificativa das palavras estrangeiras”.

um determinado termo exista naquelas outras línguas. Assim, a tradução, ou ainda, a traduzibilidade, é uma pré-condição para estabelecer a comunicabilidade das nossas teorias através das línguas.

Quando não existe um termo, ou quando a equivalência conceitual não pode ser estabelecida, surge uma questão diferente. É claro que alguém pode evitar o problema simplesmente assumindo ou afirmando que o “gender” *não* é facilmente traduzível porque, na verdade, ele pertence propriamente ao inglês, ou veio a pertencer ao inglês. Com essa presunção monolinguística bastante arraigada, as/os anglófonas/os convidam a todas/os a adotar o inglês como o enquadramento linguístico contemporâneo estabelecido, ou *língua franca*, ou então exportam esse enquadramento num espírito condescendente. Somos imperialistas generosos! Por outro lado, pode ser que, filosoficamente, sustentemos que “gender” nomeia um conceito, sendo que a língua que usamos para nomeá-lo ou descrevê-lo é incidental em relação ao conceito propriamente dito, de maneira que estamos nos comprometendo com uma análise puramente conceitual, não com uma análise linguística. Nesse argumento, o uso linguístico não gera ou sustenta os conceitos. De modo geral, presume-se que os conceitos são relativamente independentes do seu uso linguístico. “Gender” é um desses conceitos; portanto, “gender” pode ser analisado conceitualmente sem que isso diga respeito à língua na qual é usado ou, na verdade, a língua na qual ganha o seu sentido.

Entretanto, essa última visão não leva em consideração o problema da não equivalência conceitual que surge na prática da tradução do gênero. Algumas vezes ele surge como um problema gramatical: como usar a forma nominal do gênero, por exemplo, em uma língua que apenas flexiona o gênero por meio de verbos ou adjetivos? Algumas vezes se trata de uma perturbação sintática, ou seja, as próprias articulações que mantêm uma frase coesa já não podem operar, desafiando o sentido propriamente dito. Isso acontece em línguas que descrevem ações ou estados, flexionando o verbo para indicar se ele ou ela está agindo, ou se encontra em um determinado estado. Nesses casos, “gender” não se sustenta por si mesmo, além de certamente não ser um substantivo. Mesmo em contextos de língua inglesa, a forma nominal concedida ao gênero não alcança exatamente o seu significado. Para a antropóloga Marilyn Strathern, por exemplo, categorias como “homens” e “mulheres” são abreviações de relações sociais, não tendo um estatuto ontológico independente fora dessas relações. A forma nominal do gênero não coloca problemas sérios apenas para os tradutores, mas também para a descrição teórica.

O que tentei até aqui nomear como um problema certamente é familiar para aqueles que trabalham com regularidade em meio a outras línguas, ou entre aqueles para os quais o inglês é uma segunda língua (ou terceira, ou quarta!). Mas quero desenvolver outro argumento, que não parece derivar imediatamente do primeiro: ele é simplesmente o de que *a tradução é a condição de possibilidade de “gender” como uma categoria útil de análise*. A possibilidade de tradução se torna um problema na medida em que existe a presunção, nem sempre marcada, de um monolinguismo que permeia o discurso sobre “gender”, na medida em que atravessa a vida acadêmica e a popular. Em *O monolinguismo do outro*, Derrida se refere a uma “obstinação monolíngue” para descrever a “resistência à tradução”. Nesse texto, ele descreve uma convicção que se fortalece conforme alguém entra cada vez mais profundamente na língua do outro para desenvolver um argumento ou ensaiar uma descrição. A pessoa não vive simplesmente um idioma específico como se aquela fosse a sua casa, mas ela se convence

de que apenas naquela língua é possível criar e comunicar o sentido das coisas. Então, não apenas eu falo essa língua, mas essa língua é a minha maneira de viver no mundo e a própria essência de quem eu sou, a própria condição do sentido que faço do mundo e, consequentemente, do sentido do mundo em si mesmo.

Primeiro, Derrida contesta essa convicção ao afirmar que a própria língua materna nunca é realmente sua. Certamente não se trata de uma posse, mas sempre – e desde o começo – da esfera do não pertencimento. A língua tem a sua vida antes de pronunciarmos qualquer palavra, nos precedendo sempre, vindo de outro lugar. Na visão de Derrida, esse outro lugar no espaço e no tempo existe desde o início do sujeito falante e nunca desaparece. E, ainda assim, o monolinguismo – ou o que podemos chamar de convicção monolíngue – não apenas encobre essa desposseção originária como intensifica a sensação de que o que dizemos ou escrevemos em uma língua pode ser imediatamente generalizado. Derrida repete como um ventríloquo a postura defensiva do monolinguista, ao escrever o seguinte:¹⁰ “Não estou apenas desnorteado, despojado, condenado fora do francês, tenho o sentimento de honrar ou servir a todos os idiomas, em uma palavra, de escrever ‘mais’ e ‘melhor’ quando aguço a resistência do *meu* francês, a ‘pureza’ secreta do meu francês... portanto a sua resistência, a sua resistência *obstinada* à tradução: em todas as línguas, incluindo o francês” (1996, p. 99). A intensificação do monolinguismo produz um paradoxo (se não uma *aporía* bem desenvolvida): a língua que se vive como sendo a língua materna é precisamente onde a desposseção acontece desde o início, porque sobre a língua na qual se fala ou se escreve não existem direitos de propriedade. E, no entanto, todo refinamento do pensamento dentro desse idioma torna mais intensa a sensação de que essa é a própria língua, resultando em resistência à tradução. A tradução ameaça a/o monolinguista com a perda do lugar e da propriedade da língua. Mas essa desposseção sempre aconteceu, realmente foi a condição tanto da fala quanto da escrita. É em sua própria língua que se é desposuído¹¹. Na verdade, o que acontece em uma língua não pode ser completa ou adequadamente traduzido para a língua do outro. Sendo assim, Derrida argumenta que cada tradução se baseia em momentos que *não podem* ser traduzidos. O “intraduzível” assombra cada tradução, não apenas como um pequeno problema aqui e ali, mas como condição estrutural que se torna explícita nos momentos em que a gramática vacila e produz uma perturbação sintática, como quase todas as vezes, por exemplo, em que “gender” entra em outra língua¹².

¹⁰ [N.T.] Traduzimos do original em francês. [DERRIDA, J. *Le monolinguisme de l'autre*. Paris : Galilée, 1996]. Na edição em inglês a que a autora se refere o trecho é: “Not only am I lost, fallen, and condemned outside the French language, I have the feeling of honoring or serving all idioms, in a word, of writing the ‘most’ and the ‘best’ when I sharpen the resistance of my French, the secret ‘purity’ of my French . . . hence, its resistance, its relentless resistance to translation; translation into all languages, including another such French” (DERRIDA, *Monolingualism of the Other*, p. 56).

¹¹ Para uma reflexão mais aprofundada sobre desposseção, ver meu volume escrito em colaboração com Athena Athanasiou, *Dispossession: The Performative in the Political*, Polity Press, 2013.

¹² Existe muita coisa a ser dita sobre esse tópico, que foi recentemente abordado pela primeira vez, em francês, pela filósofa Barbara Cassin, no *The Dictionary of Untranslatables: A Philosophical Lexicon*, eds. Barbara Cassin, Emily Apter, and Jacques Lezra (Princeton University Press, 2014). Ali, numerosos conceitos são pensados – ou repensados – em relação ao problema da tradução. Uma versão anterior desse artigo aparece neste livro na categoria de “Gênero”. [N.T.] A autora se refere a “Gender and gender trouble”, de sua autoria, publicado em no *The Dictionary of Untranslatables: A Philosophical Lexicon*, adendo à edição norte-americana do verbete Gender no “Vocabulaire Européen des philosophies” (CASSIN, Barbara. Paris: Seuil; Le Robert, 2004). [N.T.] Uma equipe brasileira de tradutores, coordenada pelo professor Fernando Santoro (UFRJ) e pela professora Luisa Buarque (PUC-Rio), trabalha na tradução do dicionário no Brasil, cujo primeiro volume está em CASSIN,

A tradução abre o potencial produtivo de errância e invenção, desafiando ideais do domínio linguístico, oferecendo um caminho de humildade linguística para o inglês, além de uma possibilidade de encontro que preserva a dimensão intraduzível de qualquer língua. A dimensão intraduzível do “gender” abre uma questão sobre como existir em um mundo onde a não equivalência conceitual faz parte do aumento da conversação global feminista e sobre gênero.

Debates globais sobre gênero

Comecei participando dos debates, mas aos poucos passei a me comportar como uma observadora atenta, cada vez menos uma teórica do gênero, cada vez mais alguém diante da genealogia do seu uso. Na verdade, não faz muito tempo que na França era possível engatar conversas com acadêmicos e ativistas que estavam tentando dar sentido aos termos “gender” e *queer* – dois termos importados que eram celebrados de muitas maneiras, assim como condenados em muitas publicações, tanto populares quanto acadêmicas. Comecei a chegar na França faz alguns anos, com a hipótese de que iríamos discutir a teoria da construção social, o estatuto da personificação, o problema da materialidade, o sentido da performatividade, as relações entre os gêneros, sexualidade e diferença sexual, normas reprodutivas e tecnologia, a relação com a linguagem, discurso ou análise discursiva, o problema do inconsciente, interpelação, teoria social, as interrelações entre gênero, raça e classe, análise interseccional, pós estruturalismo, novos materialismos, tecnologia e até mesmo o estatuto das afirmações gerais ou universais (talvez vocês tenham achado que estaríamos discutindo alguns desses assuntos aqui). É claro que, em francês, o termo *genre* refere-se a tipos de escrita literária ou a uma função dos artigos definidos e indefinidos, e teve que ser, num primeiro momento, ampliado para acomodar um novo conjunto de significados para o debate sobre “gender”. A resistência à tradução foi evidente. A vontade de adotar um uso novo, especialmente a partir do inglês, dificilmente poderia ser tomada como certa (Rennes, 2016; Agacinski, 2012). O paradoxo sobre aceitar e rejeitar o termo surgiu com muita força quando uma historiadora me disse: “Não existe lugar para *gendaire* em francês”. Ela não só deu um lugar para a palavra como também a tinha tornado francesa, resistindo à sua importação. A resistência tinha variantes de esquerda e de direita. Algumas/uns temiam que isso fosse a “McDonaldização” da teoria acadêmica. É claro que o problema da influência cultural americana foi citado com frequência. Mas, algumas vezes, “gender” ou “la théorie du genre” significa nada menos que a destruição da unidade da nação francesa, a ampliação de fronteiras nacionais cada vez mais porosas, por meio das quais qualquer coisa e qualquer pessoa pode passar, colocando portanto em questão a imigração, as minorias, as misturas raciais, as forças cada vez mais vagas da destruição cultural, mas também os debates sobre religião e secularismo (ou *laïcité*), com foco na primazia cultural do catolicismo para a nação francesa, a lei natural, a patrilinearidade, a normalidade e a patologia, a família, a homossexualidade, o casamento gay e as relações familiares *queer*. Muitas vezes o uso popular do termo “gênero” é abreviado para uma ampla gama de práticas sociais e liberdades: o acesso das mulheres solteiras às tecnologias reprodutivas, homens trans, a

Barbara; SANTORO, Fernando; BUARQUE, Luisa. *Dicionário dos intraduzíveis*. Volume um: línguas. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

criação de filhos por uma pessoa sozinha, a criação de filhos por lésbicas e gays, casamento gay, direitos trans. Todos os debates sobre esses tópicos estão assombrados pela migração, a perda da identidade nacional e a discussão dos pressupostos que fundam a República, assumindo formas diferentes quando consideramos que gênero e raça estão ligados de forma indissociável. Ainda assim, “gender” é entendido como algo que ameaça destruir uma versão da lei natural que une a família e a nação, ou a desafiar as normas culturais ou simbólicas que unem a família e a nação e sem as quais se entende que o caos pós-nacional se seguiria (Perreau, 2016). Há alguns anos, ao anunciar a sua candidatura para a presidência da França, Nicolas Sarkozy disse que a oposição ao gênero era uma das suas prioridades, sendo que não faz muito tempo que ele se alinhou com o ministro da Educação, colocando-se ao lado do Papa, ao defender que “a teoria de gênero” não deveria ser ensinada nas escolas, mas sim considerada uma “ideologia diabólica”. O termo agora tem em uma grande variedade de significados: dependendo do contexto, pode significar as mulheres, os direitos das mulheres, ou a igualdade das mulheres e, portanto, o feminismo, mas também transgêneros e gays, bissexuais e a vida lésbica, amor, associações, parcerias e casamentos, liberdades reprodutivas, direitos à adoção. Em algumas das objeções religiosas, o “gênero” simplesmente significa o mesmo que homossexualidade ou é um disfarce para ela. Constatamos que essa pressuposição opera em muitos países, incluindo o Brasil, a Polônia, a Hungria e a Grécia, bem como nos debates sobre gênero, violência e autonomia nos EUA.

Para algumas/uns essa noção teórica de gênero é ilegível – e não apenas em razão da dificuldade da língua ou do caráter abstruso da sua teoria. Ela levanta um problema de tradução e até mesmo de traduzibilidade. O problema parece ser semântico, mas ele surge a partir de um sentido mais amplo: a organização sintática daquilo que produz significados numa língua nacional ou estrutura religiosa está em perigo. Meu exemplo favorito é de uma mulher da Suíça francófona que veio na minha direção em um evento público e me disse, em francês, que rezaria por mim. E, quando perguntei por que, ela me respondeu que era porque eu não acreditava na lei natural, não seguia a palavra de Deus. Perguntei a ela se ela tinha lido o que eu havia escrito, ao que ela respondeu: “É claro que não. Eu nunca leria um livro desses!” Ela não percebeu que eu ficaria feliz em ler o livro dela, ainda que não no espírito exigido por ela.

Portanto, apesar de não estarmos, nesse caso, no campo do debate razoável ou da apresentação de evidências, está acontecendo alguma coisa socialmente significativa que clama por uma reflexão profunda, uma leitura cultural, ou mesmo uma redefinição da tarefa da teoria. Então, embora eu tenha começado como alguém que participou desses debates, lutando em francês para defender e refinar um conjunto de visões teóricas, devagar fui me tornando observadora de uma situação política tensa, tentando entender a trajetória volátil desse termo que não pertence a ninguém. Ainda que a oposição continue sendo feroz, o desenvolvimento de novos programas para os estudos de gênero acontece o tempo todo – mais de três mil pesquisadores franceses se encontraram em Lyon, em 2016, para apresentar um trabalho sobre *études de genre* — psicólogos, sociólogos, historiadores, pesquisadores da área médica, filósofos, linguistas e antropólogos. As visões dos que estavam reunidos ali ou em outras conferências nem sempre se acham facilmente representadas na mídia popular, que prefere circular um fantasma de gênero cada vez mais feroz, pautado pelas ansiedades sobre sexualidade, família, fronteiras nacionais, migração e tecnologia reprodutiva. Ao mesmo tempo, o Papa Francisco concordou em adotar o tom proposto pelas bases

conservadoras da igreja ao afirmar que “o gênero é uma ideologia diabólica” (Reilly, 2016). Apesar das suas vacilações interessantes, algumas vezes promissoras, no que diz respeito à sexualidade – bem como os seus esforços para tornar a igreja mais inclusiva, com os esforços intermitentes para encaminhar o abuso sexual na igreja – o papa infelizmente adotou esse discurso em anos recentes.

Por que gênero se tornou um termo proscrito? Na França, o ensinamento sobre gênero nas escolas, como parte de um currículo aprovado pelo Estado, já não é mais permitido. Em meses mais recentes, leis semelhantes foram aprovadas no Brasil e na Itália¹³. Os estudos de gênero foram fechados na Universidade da Europa-Central (Central European University), em Budapeste. E, do mesmo modo, existem debates acirrados na Polônia, Turquia e na Sérvia. Na Espanha, a RAE, a Academia Real da Língua (Real Academia de la Lengua), se recusa a aceitar o “gender” no idioma porque, aparentemente, esse seria um desvio puritano para evitar o simples uso de sexo. Dessa maneira, sexo e sexualidade são confundidos, enquanto o gênero é proibido. Qualquer que tenha sido um dia o significado de “gender”, ele se tornou, em grande medida por efeito da tradução, um espectro a ser combatido e derrotado. Aquelas/es de nós que procuraram criar significados precisos para o termo estamos surpresas/os pelas apropriações públicas e traduções, pelos fantasmas que substituíram as nossas formulações.

Gênero — o termo acadêmico, os debates sobre gênero — agora está associado à questão sobre se a palavra, a teoria, a política que se imagina que ela defenda, pode ter sua entrada permitida ou deve ser barrada na fronteira, uma questão que resulta de medos e ansiedades religiosas, sociais, sexuais e políticas. A vida do termo tem excedido e confundido quaisquer intenções originais ou objetivos inspiradores que ele pode ter tido no contexto da língua inglesa. O termo entrou em outras zonas diferentes daquela na qual vivemos, e ele me leva junto, desafiando o meu monolinguismo. Agora ninguém tem a propriedade desse termo, mas a verdade é que ninguém nunca teve. As implicações dessa desposseção primária assumem maior importância na medida em que a ideologia contra o gênero ganha força global, uma vez que não podemos exatamente devolver o gênero ao mundo puramente acadêmico, assim como também não podemos abandoná-lo nessa forma pública que é hoje objeto de oposição crítica.

O gênero sempre foi estrangeiro

Mesmo em inglês, “gender” é um termo relativamente recente. Foi inventado por volta de 1950, tendo soado bastante estranho para aqueles que pensavam que o gênero pertencia a um conjunto de regras gramaticais que governava o uso dos pronomes. Nos Estados Unidos, “gender” foi introduzido por sexólogos que estavam interessados em regular os corpos que não se encaixavam imediatamente na categoria de masculino ou feminino. O termo começou a adquirir o seu significado contemporâneo com a publicação,

¹³ [N.T.] A “ideologia de gênero” tem sido construída como uma falácia em países como França, Itália e Brasil, afetando os planos públicos sobre a educação e constringendo, tanto por meio de manifestações quanto das intervenções do Estado, respaldadas por uma mentalidade de fundo religioso, as transformações que dizem respeito ao aprendizado e a formação para um mundo menos violento e mais igualitário, onde os direitos da população sejam assegurados para os indivíduos de modo geral. Em todos esses países, o combate à “ideologia de gênero” revela um sentimento de aceitação dos altíssimos níveis de violência registrados contra as mulheres e as populações LGBTQI.

em Harvard, no fim da década de 1940, da dissertação de John Money sobre os hermafroditas. Money desenvolvia técnicas de comportamento e cirurgias que colocariam as crianças intersexo em conformidade com as regras de gênero existentes. Se uma criança nascesse com características anatômicas ambíguas, Money e sua equipe buscavam encontrar uma maneira ou de “corrigir” o corpo ou alinhá-lo às normas de gênero socialmente aceitas. No momento em que “gender” chegou ao campo de análise feminista, na década de 1970, já tinha sido trabalhado por sexólogos pré-feministas (Germon, 2009). Em meados da década de 1950, como mostrou Jennifer Germon, gênero significava apenas uma relação entre palavras. Mas isso começou a mudar com a publicação da dissertação de John Money em Harvard sobre os hermafroditas. Nos anos seguintes, Money usou o termo para descrever o que uma pessoa é, considerando-o um estatuto ontológico concedido aos infantes¹⁴. Assim sendo, questões como – qual é o seu gênero? ou qual é o gênero da criança? não eram de fato possíveis em inglês até o fim da década de 1950 e, de modo ainda mais proeminente, nas décadas seguintes.

Ao contrário das apropriações feministas e *queer* do termo, o desdobramento original de “gender” estava a serviço dos programas de gestão de gênero com planos normativos fortes e cruéis. Money e seus colegas buscaram identificar e corrigir as pessoas com condições intersexuais, entendidas como uma mistura de características sexuais primárias, que para ele suscitavam a questão sobre como determinado corpo poderia se conformar às normas de gênero. A anatomia mista ou ambígua apontou a Money um problema sério de adaptação social: como determinada criança poderia viver uma vida feliz ou “normal” como uma mulher ou um homem? A categoria gênero estava vinculada ao imaginário normativo restritivo de uma vida vivível. Money esperava que “gender” espelhasse o sexo para que o sexo fosse identificável e também para que o “gender” acompanhasse uma sequência normativa de desenvolvimento. Como ele esperava que uma criança se desenvolvesse ao longo de linhas normais, ele pensava que “gender” deveria seguir o sexo e que, com base no sexo, se desdobraria uma expectativa de papéis sociais. Apesar dos que imaginaram que uma teleologia natural do sexo se desdobrasse como um “gender” específico, e contra eles, Money entendia que poderia existir uma desconexão, buscando consertá-la, em seu esforço para fortalecer e reproduzir uma ordem social heteronormativa.

Na visão dos sexólogos da sua clínica – e ainda é assim em muitos lugares do mundo – crianças intersexo constituem “uma alteração” a ser “gerenciada” para que possam realizar uma trajetória normal de desenvolvimento. Foi a percepção desse fracasso para se conformar

¹⁴ MONEY, J.; EHRHART, A. *Man and Woman, Boy and Girl*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972; STOLLER, R. *Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity*. New York: Science House, 1968; KARKAZIS, K. *Fixing Sex: Intersex, Medical Authority, and Lived Experience*. Durham, NC: Duke University Press, 2008. A dissertação de Money, “Hermaphroditism: An Inquiry into the Nature of a Human Paradox,” observou intervenções cirúrgicas passadas como problemáticas devido ao foco exclusivo no tecido das gônadas (Karkazis 48). Ele buscou destacar as disposições psicológicas da pessoa e os desenvolvimentos físicos na puberdade, entendendo ambos como sendo maleáveis. De acordo com Karkazis, “Money fez uma análise comparativa de 248 casos publicados e não publicados (de 1895 para 1951) e arquivos de pacientes, assim como uma avaliação aprofundada de dez indivíduos vivos classificadas como hermafroditas” (KARKAZIS, *Fixing Sex*, p. 49). A visão dele sobre o construtivismo pessoal foi criticada por ter inaugurado e justificado a engenharia social e a cirurgia corretiva, mas a ideia de que o gênero pudesse mudar não leva necessariamente a essas conclusões brutais. Uma conclusão contrária é possível tendo a mesma premissa como base: o gênero poder mudar também leva a maiores reivindicações de autonomia para aqueles que buscam mudar as atribuições do gênero. Ver também GOLDIE, Terry. *The Man Who Invented Gender: Engaging the Ideas of John Money* (Vancouver: University of British Columbia Press, 2014).

à expectativa do que deveria ser um infante de determinado sexo que, pela primeira vez, fez emergir a noção de “gender”: as expectativas de desenvolvimento não eram cumpridas, ou não podiam ser cumpridas, ou estavam confusas; havia um começo desviante a ser corrigido antes que o futuro da criança pudesse se realizar¹⁵. Nesse contexto, “gender” nomeava um problema, uma errância ou desvio, um fracasso no que diz respeito a concretizar a norma de desenvolvimento no seu tempo¹⁶. Money expôs o fato de que sexo e gênero nem sempre se encaixam, que um não espelha o outro; que um não se segue ao outro. “Gender” não era uma identidade, mas o nome para essa incomensurabilidade extrema. O sexo da criança intersexo parecia ser diferente de cada uma das categorias disponíveis para definir o gênero. Era um menino ou uma menina? A pergunta não podia ser respondida. A impossibilidade de uma resposta levaria ao uso contemporâneo do termo “gender”. A solução de Money foi afirmar “gender” como uma norma tanto do desenvolvimento da pessoa quanto social, que requeria adaptação mesmo quando – ou especialmente quando – existia uma incomensurabilidade entre corpos e gêneros. A sua tarefa normativa foi a de refazer os corpos para que se encaixassem na norma. Mas ele nunca se perguntou se as normas estavam erradas, ou eram muito restritivas, se eram uma fonte de danos, se as crianças intersexo poderiam vir a assumir um gênero, ou uma identidade trans, ou se as normas poderiam mudar, até mesmo serem dissolvidas, para abrir espaço para que esses corpos vivessem uma vida vivível. Ele considerava que a única vida vivível era aquela em conformidade com regras sociais fixadas e policiadas. Ele também não considerou que essas normas poderiam tornar as vidas impossíveis de serem vividas.

Quando os pais, médicos e autoridades legais decidem de que gênero uma criança deve ser, o gênero se torna o atributo definidor de uma pessoa, alguma coisa que ela é – e que ainda vai se tornar – uma maneira de imaginar sua vida, dando a ela uma existência social dentro das normas sociais predominantes. Estar do lado de fora das normas de gênero atribuídas era considerado uma monstruosidade. O papel do sexólogo era domar ou civilizar essa monstruosidade por meio de técnicas de normalização. Uma prática de referência pronominal a partir de um enquadramento binário – “ele” ou “ela” – se tornou a maneira pela qual as pessoas são descritas e diferenciadas umas das outras a partir de uma base ontológica. De certa maneira, a sexologia foi além da função do “gender” – como referência pronominal – para inventar uma nova função gramatical, a mesma que produziria como resultado a ontologia do gênero. A pergunta sobre como você é chamado, ou como deveria ser chamado, passou a ser: em que categoria você se enquadra? E *quem é você, de verdade?*

Muitos problemas surgiram dessa abordagem, incluindo a engenharia social, a cirurgia coercitiva, incluída aí a esterilização forçada, além da imposição de normas de gênero estreitas e fixas que por vezes violentaram as crianças que estavam se formando. Para Money, a construção social não passava de um eufemismo para a engenharia social. Seu método para fechar a lacuna entre o sexo e o gênero era forçar os dois a se unirem por meio da cirurgia corretiva que alinharia o sexo com as normas sociais, ou por meio da inoculação das normas

¹⁵ A expectativa da vida normal envolve a imaginação da vida futura do infante; crianças intersexo foram consideradas um bloqueio contra essa imaginação da vida normal. Na verdade, o termo surge quase ao mesmo tempo em que os filmes de Douglas Sirk, como *Written on the Wind* (1956), documentaram as várias irregularidades que confundem o imaginário normativo sobre o desenvolvimento do sexo e da sexualidade.

¹⁶ Ver HALBERSTAM, *The Queer Art of Failure* (Durham, NC: Duke University Press, 2011), para uma elaboração mais profunda dessa ideia. [_____. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe, 2020.]

sociais que produziriam o efeito de alinhamento entre gênero e sexo. Money e outros sexólogos presumiram que alguma coisa estava errada com o corpo jovem diante deles, em vez de se questionarem se alguma coisa estava errada com os fantasmas normativos que impregnam modalidades linguísticas de referência, as quais visam controlar e moldar os corpos dentro das formas normativas. Não consideraram que a pessoa que estavam nomeando poderia, em algum ponto, decidir como gostaria de ser nomeada. Isso não era imaginável como esfera de autonomia, e o efeito dessa prática foi o de suspender essa imaginação, de muitas pessoas, durante muitas décadas.

A forma nominal do gênero, operando em seu efeito ontológico, requer uma reorganização da sintaxe, assim como um novo uso gramatical. Uma nova maneira de fazer sentido surge quando as frases passam a tomar “gênero” como um predicado existencial e novas questões podem ser formuladas, tais como: Qual é o seu gênero? Marque o seu gênero aqui, nesse quadrado. Preencha este quadradinho e viva a sua vida. A categoria funcionava como um sinal da normalidade e como uma justificativa para a crueldade.

Estranhamente, os sexólogos pensaram que “gender” iria assegurar a normalidade das práticas sociais e instituições (precisamente aquelas que na França, e em muitos outros países, agora se consideram ameaçadas pelo “gender”). As práticas e instituições incluíram o desenvolvimento da orientação sexual que levaria, esperava-se, sem muitos desvios, ao casamento heterossexual, seguido pela procriação em famílias conjugalmente organizadas, que dariam coesão para a sociedade e o Estado, uma forma social a ser consolidada como norma e reproduzida para as gerações futuras. Os extremos das intervenções cirúrgicas e comportamentais associam esse período da sexologia a um poder criminoso e regulatório. “Gender” não apenas se tornou um nome com o poder de fixar o referente. O próprio corpo, então, ficou sujeito a ser “consertado” e “corrigido” através das medidas cruéis e capazes de deixar cicatrizes duradouras, constituindo atos criminosos por parte dos sexólogos e outros profissionais que usaram meios cirúrgicos e comportamentais para alcançar suas metas heteronormativas.

Intervenção feminista

É claro que a origem do uso contemporâneo de “gender” no trabalho de John Money e outros foi retomada pelas antropólogas e sociólogas feministas nos anos 1960, incluindo Sherrie Ortner e Marilyn Strathern. Podemos pensar que elas cometeram um engano adotando essa palavra, ou que seus próprios esforços foram contaminados pelos sexólogos que as antecederam. Mas elas adentraram essa genealogia para realizar um conjunto muito diferente de transformações. Para a antropóloga Gayle Rubin, cujo trabalho continua investigando a história da sexologia, outras histórias ofereceram vertentes mais interessantes de reflexão, especialmente aquelas que buscaram estabelecer o caráter variável da sexualidade humana, incluindo a advertência de que a variação sexual não era um desvio sexual e que alguma coisa similar poderia ser dita acerca das permutações de gênero. Rubin reconhecia,

sem dúvida, estes limites: “as sexualidades seguem em marcha para escapar ao diagnóstico e ao Manual Estatístico, rumo às páginas da história social” (Rubin 2011, 287)¹⁷.

O que as feministas dessa geração (das décadas de 1960, 1970 e 1980) quiseram fazer com a categoria “gender” foi alterar o termo para distanciá-lo da norma de desenvolvimento e marcar a variação cultural do que significa ser um homem ou uma mulher. Quando antropólogas como Ortner e Rubin começaram a trabalhar com a categoria “gender”, disputaram a dimensão normativa daquele modelo de desenvolvimento. O argumento usado era de que o processo cultural e histórico pelo qual um infante sexuado se torna um ser generificado é variável, dependendo da língua e da cultura, da história e dos laços de parentesco. A tese da variação de gênero se opôs à afirmação de que existe uma teleologia do desenvolvimento a ser encontrada no “sexo” que se desdobra, de maneira natural ou normativa, em um ou em outro gênero.

Tanto o feminismo marxista quanto o feminismo existencial-fenomenológico de Simone de Beauvoir compartilham essa visão. Para ambas posições, não existe um único caminho para uma pessoa se tornar de um gênero. Mesmo se permanecemos apegadas/os ao enquadramento binário do gênero para exemplificar o argumento histórico, tanto “mulheres” quanto “homens” são modalidades socialmente organizadas de viver um corpo num mundo social mais amplo. A tarefa da antropologia feminista crítica nos anos 1960 e 1970 foi desvendar e trilhar os processos culturais ou históricos pelos quais essa transformação acontece. Como aponta a historiadora Joan W. Scott, “pode-se dizer que, quando as feministas norte-americanas e inglesas tomaram o termo “gender” dos escritos de John Money e Robert Stoller, elas realizaram uma segunda tradução. Tradução aqui significa mover um termo de um contexto para outro e, assim, alterar o seu sentido. Money e Stoller tinham anteriormente usado a categoria gramatical para distinguir entre anatomia (sexo) e papel social/identidade social (“gender”) com a intenção de resolver os dilemas enfrentados pelas crianças intersexo e para justificar a intervenção médica que atribuiria a elas uma identidade masculina ou feminina apropriada” (2016, 358). As feministas adotaram o termo com a intenção de recusar a máxima segundo a qual a biologia era um destino; a motivação era política, não médica, e perturbou (em vez de aceitar) a dicotomia masculino/feminino com a qual o endocrinologista e o psiquiatra vinham trabalhando. A biologia foi deixada para historiadoras/res feministas e filósofas/os da ciência, e isto mostra o quanto a teleologia natural era uma noção aristotélica que consistentemente deslocava como categorias a história do sexo e a interrelação dinâmica entre sexo e gênero.

Scott aponta, com razão, que Stoller e Money fizeram uma distinção entre sexo e gênero, o que significava que – fosse qual fosse o sexo percebido do infante, o gênero poderia ser adquirido por meio de tecnologias comportamentais. Apenas algumas das feministas que se apropriaram de maneira crítica da distinção sexo/gênero dos sexólogos retornaram à cena original dessa prática de nomeação para considerar a crueldade da sexologia e o tratamento brutal das crianças intersexo. É claro que, nos anos recentes, muitas/os fizeram isso e hoje escritoras/es contemporâneos como Paul Preciado (2013) e Catherine Clune-Taylor (2010) deram grande importância a essa dimensão da genealogia do termo “gender”. E algumas/uns

¹⁷ Ver RUBIN, “Thinking Sex” e os ensaios escritos como reflexões sobre esse ensaio em *Devotions: A Gayle Rubin Reader* (Durham, NC: Duke University Press, 2011), pp. 127–233. N.T. Para uma referência em português, ver RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Tradução Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

outras/os, como Alice Dreger¹⁸, escrevem extensivamente sobre a prática da atribuição de gênero, buscando apoiar grupos de pessoas intersexuais, ao mesmo tempo em que estão de acordo com a inclusão da intersexualidade como *um transtorno de desenvolvimento sexual* (ou DSD)¹⁹ no DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Ecos terríveis de John Money são encontrados nessa formulação, adotada mais recentemente. Uma razão para se opor, de modo inflexível, a essa categoria diagnóstica é que ela oblitera as primeiras críticas do feminismo aos modelos (dominantes) de desenvolvimento, e é cúmplice da crueldade patologizante do intersexo como categoria diagnóstica médica.

O gênero como um campo de perturbação

Assim, não há um referente que podemos chamar de "gênero" e pertença a uma ordem pura do ser ou mesmo a um conceito translinguístico. Nenhuma língua tem o poder exclusivo de definir o gênero ou regular seu uso gramatical. E isso significa que cada maneira de se referir ao gênero está sujeita a certa contingência – o surgimento do pronome singular “they” é um exemplo. Individualmente, podemos sentir a urgência e a necessidade de que se refiram a nós de uma maneira e não de outra; podemos, de maneira compreensível, nos sentir desrespeitados quando se referem a nós de maneira equivocada. Esses podem ser momentos de obstinação monolíngue ou de fracasso em perceber que o trabalho de tradução é obrigatório. Mas essa também pode ser uma ocasião para nos sentirmos humildes em relação à língua em particular que usamos, seja o inglês, o francês, o chinês, o japonês, o espanhol ou o tagalogue. Não existe nenhuma língua capaz de monopolizar esse referente, não existe nenhum modo de representação, nenhum meio, de modo que essas várias versões de gênero por vezes se chocam, dependendo da língua que usamos. É claro que isso pode ser difícil, uma vez que entendemos nosso gênero como sendo uma parte de quem nós somos, e se buscamos refinar a linguagem sobre quem somos no contexto do monolinguismo – baseando-nos no léxico e na gramática dessa língua para especificar, com mais precisão, essa identidade – a tradução se torna ainda mais difícil. Então, parece que só é possível para alguém obter reconhecimento dentro de determinado enquadramento monolíngue – talvez mesmo apenas no interior de um conjunto específico de usuários da língua dentro desse monolinguismo.

A proliferação das formas nominais do gênero e da identidade sexual levanta problemas específicos para a tradução. Consideremos o fato de que não existe uma forma nominal para “gender” em japonês, chinês e coreano. Existem palavras para as mulheres e para os homens, mas não exatamente para o conceito de gênero. Em japonês, por exemplo, a autorreferência linguística é generificada: os termos O-re e Bo-ku são maneiras informais de se referir à primeira pessoa do singular “eu” para um homem, enquanto que Atashi e Watashi são referências na primeira pessoa para uma mulher. Contudo, o uso de cada um desses termos é flexionado pela classe social, experiência educacional, convenções culturais e, o que é importante, pela relação estabelecida com aquele para quem é endereçado. Embora aquilo que em inglês podemos chamar de “gender” opere de maneiras complexas, implicado

¹⁸ Ver DREGER, “Why ‘Disorders of Sex Development’? (On Language and Life),” 2007, no site: alicedreger.com/dsd.

¹⁹ Para um comentário crítico, ver KRAUS, “Classifying Intersex in DSM-5: Critical Reflections on Gender Dysphoria,” *Archives of Sexual Behavior* 44, n.º. 5 (2015), pp. 1147–63.

modos formais e sociais de abordagem coordenados pelo poder, não existe, em japonês, um termo único para “gender”. O termo japonês mais próximo vem de uma palavra intraduzível, *jen-daa*, não muito diferente da criação francesa, *gendaire*, buscando um eco fonético com “gender”. Nos contextos em que “gender” não pode entrar, ele é criado, sugerindo que foi – e ainda é – uma criação, um problema histórico do uso linguístico, ou mesmo uma aproximação de uma tradução.

Em direção ao vivível

Algumas feministas e teóricas do gênero debateram a possibilidade da existência de gêneros para além de homem e mulher, ou se o próprio gênero deveria ser transcendido, se deveríamos viver em um mundo sem nenhuma categoria de gênero. Minha visão pessoal é a de que devemos buscar criar um mundo que seja mais vivível para as muitas relações de gênero existentes, para as muitas línguas do gênero, para as muitas maneiras de criar ou viver uma realidade generificada. Algumas pessoas gostam muito da estrutura binária de gênero e querem encontrar nela seus lugares adequados – seja como um homem ou uma mulher – e viver em paz, senão com alegria, com base nesses termos. Para elas, o gênero é um pré-requisito para viver no mundo. Elas lutaram para nomear a si mesmas com a categoria e para se sentirem em casa na língua do gênero que falam, para descobrir que se reconhecem no nome pelo qual são abordadas. Quando consideradas do ponto de vista ético, essas afirmações devem ser honradas – radicalmente e sem exceções. Ao mesmo tempo, existem outras pessoas que não podem viver muito bem, não podem viver uma vida vivível nesses termos binários, incluindo as pessoas trans que compreendem que ser “trans” se situa num ângulo crítico em relação ao binarismo e, para elas, outros vocabulários de gênero são necessários para viver se sentindo em casa no mundo, ou relativamente em casa na língua que usam, ou recusando a língua usada para nomeá-las; essa recusa também é uma abertura para um mundo vivível. Então, com muita propriedade, há pessoas que reivindicam novo léxicos, novos modos de viver totalmente fora da categoria do gênero, como não-binários, por exemplo: elas pressionam a invenção em direções mais extremas e para outro propósito, refinam seu vocabulário para a autorreferência dentro de uma estrutura monolíngue, ou então abandonam a prática de nomear, fazendo um ataque linguístico e corporificado contra o gênero tal como o conhecemos.

Todas essas são posições legítimas porque cada uma delas nos conta sobre um grupo de pessoas que está buscando viver vidas vivíveis no interior da língua que encontraram, criaram ou recusaram. De fato, ninguém pode ser “contra” qualquer uma dessas posições, uma vez que cada uma delas se abre para uma trajetória diferente da esperança de uma vida vivível. Tendo em vista que nem todo mundo encontra os mesmos termos para alcançar a condição de vivível, devemos ser cuidadosos para não impor uma nova norma de gênero que generalize as condições vivíveis, ou que decida, sem consulta, como outra pessoa deveria ser chamada (alguns dos debates sobre qual percepção define “cis-gênero” trazem isso à tona). Temos que estar preparadas/os para traduzir da língua na qual vivemos para outra língua, que nos desposui a partir de certo sentido de coisas que vem com a convicção monolíngue. Afinal, algumas pessoas encontram a vida e a respiração ao escapar dos termos pelos quais acontece o reconhecimento de gênero, outras encontram a vida e a respiração precisamente quando finalmente se sentem reconhecidos pelos termos existentes, outras dão boas-vindas

ou fazem do termo estrangeiro como um caminho para ampliar a função naturalizada da língua (Adorno encontrou esperança na língua estrangeira precisamente por essa razão, na medida em que procurou abalar a conexão entre o monolinguismo e o nacionalismo na Alemanha).

Se a tarefa não é generalizar/generificar um caminho de vida, mas estar sintonizado com os vários vocabulários que tornam a vida mais vivível, então um feminismo transfóbico está fora de questão. De fato, um feminismo transfóbico não é feminismo, pois se alia às formas das normas de gênero coercivas. Uma posição trans antifeminista também deve repensar a história do feminismo, permitindo uma aliança profunda entre as pessoas que buscam ter as suas afirmações de reconhecimento político registradas e cumpridas. Aquelas/es que devem estar mais enfurecidos com meu argumento são os que acreditam que o gênero binário é determinado por uma versão da lei natural referenciada ou ocasionada pela Bíblia. Vi meu próprio nome se tornar um sinônimo do poder diabólico em alguns desses debates, o que é uma maneira particularmente interessante e perturbadora de ser desposuída na própria língua.

Se tento ir contra essa forma de desposseção com a intenção de me apresentar de maneira mais justa, então tenho que me lembrar de que o controle não é alternativa para a difamação. A língua que uso para declarar quem sou não me pertence fundamentalmente, mas isso não significa que eu não possa, ou não vá, entrar na disputa sobre a sua significação. Na melhor das circunstâncias, o “gender” introduz um problema de tradução, mas ele também pode ser uma fonte de ceticismo para aqueles que temem uma nova incursão imperial do inglês em contextos que resistem, compreensivelmente, às perturbações sintáticas que ele introduz. A resposta, contudo, não está em retroceder às línguas nacionais intocadas ou inalteradas pelo curso do intercâmbio linguístico. Joan W. Scott escreve: “É claro que a questão é parcialmente linguística — existe em outras línguas uma palavra equivalente para “gender” em inglês? Mas também é política e filosófica — uma questão de significados contestados, tanto explícitos quanto implícitos, que (nas palavras de Barbara Johnson): “excedem as fronteiras do controle estável ou da coerência, e se tornam algo pelo qual devemos lutar indefinidamente” [1994, 48–49]” (2016, 358).

A minha sugestão é a de que a tradução nos permite não apenas afirmar a contingência da língua que falamos, vendo-a somente como uma maneira de fazer o mundo ter sentido, mas também permite sermos afetados e transformados por aqueles com quem fazemos trocas baseadas em tradução. E isso significa que alguma coisa estrangeira entra na língua, desestabilizando a suposição presunçosa de que, por exemplo, as estruturas gramaticais do francês ou do inglês constituem a própria estrutura da razão. Experimentos com a gramática, repletos de palavras estrangeiras, produzem uma língua impura, com o potencial de perturbar a identidade nacional no âmbito do uso da língua – onde estamos sempre a tropeçar em busca das palavras certas –, permitindo um sentimento de menos confiança, uma certeza menor da que podemos ter quando vivemos em um mundo compartilhado de suposições gramaticais e sintáticas ou de um presumido monolinguismo.

O momento em que se faz necessário explicar seu gênero em outra língua é o momento em que se percebe que a própria língua não passa de uma maneira de tentar apresentar quem se é, e que uma pessoa se torna um pouco diferente quando entra em uma língua nova. Se insistirmos que só podemos ser quem somos na língua primária em que falamos, então vamos nos definir a partir dessa resistência à tradução. De fato, podemos nos

descobrir cada vez mais incapazes de comunicar quem somos através das línguas, defendendo a identidade e o monolinguismo contra tudo que seja estrangeiro em um mundo cujo multilinguismo é irreversível.

Em chinês, conforme entendo, o gênero está conectado com a gramática de distintas maneiras, as quais se expressam de modo variado na junção de fonemas e números: o termo para gênero é Xing (4) bie (2). Os números denotam “tons” e existem quatro deles para cada um dos dois termos. Assim, Xing (2) significa alguma coisa diferente de Xing (4). De fato, esse sistema romano já é uma tradução dos caracteres chineses, criando então uma grade a partir de um sinal gráfico. Xing (4) é um termo que significa “categoria ou tipo”, mas também “sexo”, mantendo assim uma relação com as línguas que vinculam sexo e espécie. Apenas no começo do século XX o termo começou a significar “gênero”. Então, para distinguir o gênero do sexo, algumas acadêmicas feministas chinesas adicionaram o termo “social” (ela [4] hui [4]) antes do termo Xing (4) bie (2). Bie (2) para associar essas formulações de gênero como diferença sexual. Assim, em contato com numerosos discursos globais, as chinesas cunharam termos para responder à demanda por tradução. Isso não acontece apenas em cenários não anglófonos, mas também em inglês. A invenção de termos e a tradução parecem ser a dificuldade persistente da teoria de gênero. E contar a história sobre como o “gender” entra — ou por que se torna proscrito — nos dá um novo itinerário para os estudos de gênero e sua justificativa acadêmica.

O grande medo que guia a campanha contra o gênero é que uma vez que ele seja desligado do sexo, qualquer trajetória de vida se torne possível — mães solteiras, pais gays, famílias queer, identidades e comunidades trans, mulheres que decidem abortar, mulheres que se divorciam ou deixam suas famílias, mulheres trans reconhecidas legal e socialmente como mulheres, homens trans que escolhem engravidar, cirurgias de redesignação sexual, ou a mudança legal de estatuto social. Parece que todas essas são escolhas vetadas uma vez que sabemos que o sexo implica um futuro reprodutivo constrangido pelo casamento heterossexual. É verdade que o gênero sinaliza uma liberdade futura? O gênero não é simplesmente decidido com liberdade. Se e quando o gênero é um exercício de liberdade, ele se dá dentro de uma cena de constrangimento e daquilo que Beauvoir chamou de situação histórica. Afirmar que as pessoas trans merecem a liberdade de viver livremente não significa que elas experimentam a identidade trans como livremente escolhida. O caráter profundamente sentido da identidade de gênero ou mesmo da orientação sexual pode ser qualificado como uma das dimensões não escolhidas da vida, um dos modos de ser que são fundamentais, intratáveis, indispensáveis. No entanto, não é exatamente uma contradição afirmar e articular o gênero como uma condição de vida ampla ou parcialmente não escolhida, insistindo no direito de afirmar uma condição na vida pública sem a discriminação ou a ameaça de violência. De modo significativo, a língua na qual afirmo a minha vida generificada nem sempre é aquela que eu mesma criei. Sou, por assim dizer, espoliada, mesmo na língua que torna a minha vida possível.

Procuró dizer quem sou numa língua que se prova intraduzível ou que, em aspectos importantes, já me é estranha. Apenas ao ver o problema dessa maneira podemos escapar da intensificação de um monolinguismo ainda mais refinado na medida em que buscamos nos fazer conhecidos/as. Conforme buscamos possuir e dominar a língua do “eu” para contestar as designações que recusamos, continuamos sendo despossuídos/as pela mesma língua que nos dá esse sentido de domínio. Assim, a dupla tarefa, por assim dizer, é romper com o

monolinguismo, sofrendo as humilhações da tradução, e recusar o nacionalismo implícito do enquadramento nacional, a língua singular e a dominante, de modo a alcançar e ser alcançado por um mundo mais amplo, multilíngue e multisintático. Desse modo, o mais precioso de nossos nomes autoproclamados pode muito bem se desfazer à medida que passamos a valorizar a tradução e as importantes possibilidades que a perda do domínio sobre uma língua abre para a criação e a sustentação de um mundo vivível.

O paradoxo envolvido em todos os atos de reivindicação pública é o que chamamos de performativo. Isso não significa que todo o gênero é escolhido, ou que se trata de uma expressão voluntarista de individualidade. O ato performativo pelo qual o gênero é afirmado comunica as condições vivíveis para as pessoas que as afirmam. Talvez esse seja o significado mais importante de performatividade de gênero a ser preservado no presente.

Sugeri que levemos em conta os limites constrangedores do monolinguismo, mas também o caminho pelo qual John Money e os engenheiros sociais do gênero cometeram o erro de pensar que, ao dominarem a prática de nomeação poderiam, por meio das palavras e “cirurgias corretivas”, impulsionar uma vida na direção da adaptação completa às normas. Money e seus colegas foram responsáveis por procedimentos cruéis e criminosos, tornando muitas vidas impossíveis de serem vividas. O que eles falharam em perceber foi que ser designado em um gênero não nos consolida nem no nível da língua nem no da ontologia, pois não existe uma comensurabilidade simples entre a norma e as pessoas das quais se exige a corporificação dessa naturalização. Esse hiato pode ser o espaço de liberdade, mas também pode iniciar a luta pela tradução. Que língua falo quando reivindico uma língua como sendo a minha própria, quando seleciono meu nome entre uma lista de nomes, na situação em que outro me nomeia quando ainda sou muito jovem para me opor?

No seu último trabalho sobre gênero, Jean Laplanche (2008) observa que a atribuição de gênero é uma situação na qual o infante recebe um desejo enigmático do mundo adulto: do que eles estão me chamando?²⁰ O que é esse nome? O que o gênero quer de mim? Portanto, a atribuição de gênero não produz – de modo mecânico ou inevitável – a criatura que vai se conformar à categoria à qual foi chamada. De fato, o gênero surge, para Laplanche, desde o início, como enigmático e estrangeiro. Ele coloca uma tarefa de tradução para o infante, sendo que essa tarefa nunca está completamente encerrada no curso de uma vida. Para Laplanche, uma pessoa nunca supera completamente a estranheza da língua em que reside – e talvez essa seja uma aliança do seu trabalho com o de Derrida (e Adorno). Esses esforços de toda uma vida para decifrar e traduzir uma demanda imposta pelas categorias e nomes não fazem mais do que abrir uma zona de liberdade provisória em que afirmamos ou criamos uma língua que nos seja própria, em meio a uma desposseção linguística para a qual não existe um remédio ou uma saída. Porque o que chamamos de nossa língua não é nosso; os termos pelos quais nos valem podem ou não ser traduzíveis, até para nós mesmos. O intraduzível pode ser outro nome para o desejo que excede todo esforço de captura lexical e de controle normativo. Ele pode constituir aquela pausa ou quebra na língua que nos convoca a responder de maneira ética a uma outra, um outro, por meio das línguas. Ele também pode,

20 Ver LAPLANCHE, “Gender, Sex, and the Sexual,” trans. Susan Fairfield, *Studies in Gender and Sexuality* 8, no. 2: pp. 201–19; ver também *Freud and the Sexual*, trans. John Fletcher (London: International Psychoanalytic Books, 2011).

para aqueles de nós que vivemos em inglês, apontar para o valor de vacilar em uma língua estrangeira, trocando o domínio do monolinguismo por um mundo no qual, felizmente, estamos despossuídos juntos, rondando o “gender” da maneira como podemos, por meio de termos que tanto encontramos quanto criamos, a fim de achar uma maneira de viver uma vida vivível num mundo multilíngue.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodore W. “On the Use of Foreign Words in Writing”. In: *Notes on Literature*. New York: Columbia University Press, 1958.

AGACINSKI, Sylviane. *Femmes entre sexe et genre*. Paris: Seuil, 2012.

AIZURA, Aren; STRYKER, Susan. *The Transgender Studies Reader*. Vol. 2. New York: Routledge, 2013.

BARAD, Karen. “Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter comes to Matter”. In: *Signs*, v. 28, n. 3, 2003, pp. 801-831.

BUTLER, Judith. “Seduction, Gender, and the Drive”. In: FLETCHER, John; RAY, Nicholas (Eds.). *Laplanche, Theory, Culture*. London: Lawrence and Wishart, 2014.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge, UK: Polity Press, 2013.

CASSIN, Barbara; APTER, Emily; LEZRA, Jaques (Eds.). *The Dictionary of Untranslatables: A Philosophical Lexicon*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014. [CASSIN, Barbara; SANTORO, Fernando; BUARQUE, Luisa. *Dicionário dos intraduzíveis*. Volume um: línguas. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.]

CLUNE-TAYLOR, Catherine. “From intersex to DSD: The Disciplining of Sex development”. In: *PhanEx: Journal of Existential and Phenomenological Theory and Culture*, v. 5, n. 2, 2010, pp. 152-178.

DERRIDA, Jaques. *Monolinguisms of the Other*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998. [_____. *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Tradução: Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.]

DREGER, Alice. “Why ‘Disorders of Sex Development’? (On Language and Life)”. 17 nov. 2007. Disponível em: alicedreger.com/dsd. Acesso em: out. 2021.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sex/Gender: Biology in a Social World*. New York: Routledge, 2012.

FLETCHER, John. *Freud and the Sexual*. London: International Psychoanalytic Books, 2011.

GERMON, Jennifer. *Gender: A Genealogy of an Idea*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2009.

GOLDIE, Terry. *The Man Who Invented Gender: Engaging the Ideas of John Money*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2014.

HALBERSTAM, Jack. *The Queer Art of Failure*. Durham, NC: Duke University Press, 2011. [_____. *A arte queer do fracasso*. Tradução: Bhuvi Libanio. Recife: Cepe, 2020.]

JOHNSON, Barbara. *The Wake of Deconstruction*. Cambridge, UK: Blackwell Publishers, 1994.

KARKAZIS, Katrina. *Fixing Sex: Intersex, Medical Authority, and Lived Experience*. Durham, NC: Duke University Press, 2008.

KRAUS, Cynthia. "Classifying Intersex in DSM-5: Critical Reflections on Gender Dysphoria". In: *Archives of Sexual Behavior*, v. 44, n. 5, 2015, pp. 1147-1163.

LAPLANCHE, Jean. "Gender, Sex, and the Sexual" [Translated by Susan Fairfield]. In: *Studies in Gender and Sexuality*, v. 8, n. 2, 2008, pp. 201-219.

_____. *Freud and the Sexual*. Translated by John Fletcher. London: International Psychoanalytic Books, 2011.

MOI, Toril. *Simone de Beauvoir: The Making of an Intellectual Woman*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2008.

MONEY, John; EHRHART, Anke. *Man and Woman, Boy and Girl*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972.

PERREAU, Bruno. *Queer Theory: The French Response*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2016.

PRECIADO, Paul. *Testo Junkie: Sex, Drugs, and Biopolitics in the Pharmacopornographic Era*. New York: The Feminist Press, 2013. [_____. *Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1Edições, 2018.]

REILLY, Robert R. "Pope Francis vs. Gender Ideology". In: *The Catholic World Report*, 13 ago. 2016. Disponível em: www.catholicworldreport.com/2016/08/13/pope-francis-vs-gender-ideology. Acesso em: out. 2021.

RENNES, Juliette (Ed). *Encyclopédie critique du genre. Corps, sexualité, rapports sociaux*. Paris: La Découverte, 2016.

RUBIN, Gayle. *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

SCHWARZER, Alice. *Der große Unterschied: Gegen die Spaltung von Menschen in Männer und Frauen*. [The Big Difference: Against the Splitting of Human Beings into Men and Women]. Köln: Kiepenheuer & Witsch, 2000.

SCOTT, Joan W; FLOTOW, Luise von. “Gender Studies and Translation Studies: ‘Entre Braguettes’ – Connecting the Transdisciplines.” In: *Border Crossings: Translation Studies and Other Disciplines*. GAMBIER, Yves; DOORSLAER, Luc van (Eds.). Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2016, pp. 349-374.

SIMONS, Margaret (Ed.). *Feminist Interpretations of Simone de Beauvoir*. University Park: Penn State University Press, 1995.

STOLLER, Robert. *Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity*. New York: Science House, 1968.

STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephan. *The Transgender Studies Reader*, Vol. 1. New York: Routledge, 2006.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.